

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)  
**GT 10: Informação e Memória**

Comunicação Oral

**A REDE INFORMACIONAL FRANCO-BRASILEIRA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL: O CASO DOS ARQUIVOS DA CFDT.**

Ricardo Medeiros Pimenta – IBICT

**Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo identificar e compreender a questão da memória relacionada ao acervo existente nos arquivos do departamento internacional da *Confédération Française Démocratique du Travail* (CFDT), em Paris. Tendo como parâmetros as discussões relacionadas à política da informação, da memória, da transferência da informação arquivística e dos estudos de redes, buscaremos à luz da Ciência da Informação, refletir sobre o valor informacional e mnemônico dos documentos produzidos, no âmbito da confederação sindical francesa, sobre o Brasil da Ditadura Militar ao longo dos anos 1970. Para isso a pesquisa de campo contou com um estudo etnográfico do arquivo, e mais especificamente do da coleção estudada, e entrevistas, com base na metodologia da história oral, com dirigentes sindicais que atuam nos arquivos da CFDT e no seu respectivo departamento internacional. Os resultados apontam para um patrimônio documental de importância histórica relevante; de forma que estes documentos evidenciam não apenas uma rede através do sistema de informação militante atuante no período, como apontam, frente às atividades ora incentivadas pelas leis de acesso à informação e de criação da Comissão Nacional da Verdade, elementos documentais e informacionais importantes para a construção do conhecimento sobre a história recente da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Memória. Informação. Arquivo. Documento. Ditadura Brasileira. CFDT. França.

**Abstract**

This paper aims to identify and understand the issue of memory related to the collection in the archives of the International Department of the *Confédération Française Démocratique du Travail* (CFDT) in Paris. As parameters the discussions related to information policy, memory, archives information transfer and studies of networks, seeks to reflect through the field of Information Science about the value of mnemonic and informational documents about Brazil's military dictatorship during the 1970s, produced within the French Union Confederation. In this way the research became available through an ethnographic study of CFDT's archive, more specifically the collection about Brazilians unionists studied, and interviews, based on the methodology of oral history, with French union leaders who worked with the archives of the CFDT and the respective international department. The results point out to an important historical documentary heritage, so that these documents demonstrate not an active network information system by militants in the period, as shown, in front of the last activities encouraged by laws of access to information and the creation of National Commission for Truth some documentary and informational elements that are important for the construction of knowledge about the recent history of Brazilian society.

**Keywords:** Memory. Information. Archive. Document. Brazilian Dictatorship. CFDT. France.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma análise posterior à finalização de pesquisa doutoral realizada entre os anos de 2006 e 2010, com estágio doutoral na França entre os anos de 2007 e 2008, sobre os usos da memória por instituições sindicais brasileiras e francesas.<sup>1</sup> Mais tarde, em 2012, um retorno ao serviço de arquivos da *Confédération Française Démocratique du Travail* (CFDT) teve como objetivo concluir o levantamento de fontes sobre sindicalistas exilados na França e demais ramificações de sua rede e suas atividades.

Desse modo, poder-se-á destacar dois passos ocorridos no campo da CFDT: 1) Análise dos arquivos da CFDT, na qual destacou-se a observação das pastas relacionadas à relação daquela confederação com a América do Sul, e em especial a subseção “Relações entre a CFDT e o sindicalismo no Brasil”; 2) Entrevistas com dirigentes e militantes ligados ao departamento internacional da década de 1970, período no qual parte dos documentos do acervo foram criados.

A partir da afirmação acima, tornou-se clara a necessidade de refletir não tão somente sobre o conteúdo dos documentos outrora consultados, mas acerca da própria condição do arquivo em si. Ou seja, de compreender a cadeia de atividades produtora de informações que, de fato, produziu parte significativa do acervo que hoje se encontra identificado, catalogado e disponível para consulta pública sem restrições.

Este acervo se constitui, portanto, como parte da memória das relações internacionais entre CFDT e sindicalistas brasileiros, juntamente com seus órgãos representativos mesmo antes da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e da resistência contra o Regime Militar brasileiro, realizada no exterior. Neste sentido, este trabalho pode ser visto enquanto uma espécie de “*posfácio*” da pesquisa empreendida nos últimos anos; considerando para tal os debates contemporâneos sobre o papel do arquivo, do capital político e informacional da memória e da mobilização pelo acesso à informação referente à Ditadura Militar. Para tal, foi prudente refletir sobre uma “etnografia do arquivo” em questão. E é a partir desta que este texto se estrutura.

De início, cabe esclarecer que o arquivo sindical da CFDT é um arquivo privado. Circunscrito em uma instituição sindical francesa e que detém, em seu extenso acervo,

---

<sup>1</sup> A pesquisa de doutorado em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi realizada com bolsa CAPES, assim como o estágio doutoral na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Durante o ano de 2012 a continuidade da pesquisa de campo se deu com o objetivo de concluir questões já levantadas quando da defesa da tese ocorrida em 2010. A reflexão proposta neste artigo se faz relevante a partir da iniciativa em analisar, da perspectiva do campo da Ciência da Informação, a rede informacional constituída por movimentos sociais e sindicais em um período da história recente do Brasil marcado pela Ditadura e sua atual representação através do acervo de um arquivo sindical francês.

documentos e informações sobre o Brasil durante o período ditatorial. Parte destes documentos foram guardados através da própria *praxis* do departamento internacional da CFDT quando, na década de 1970, comandado por seu diretor Denis Jacquot.

De fato, seria incorreto alegar que o acervo constitui-se apenas de documentos da própria confederação, quando muitos fizeram parte do próprio acervo pessoal, quando não manuscritos, do próprio Jacquot que ao se aposentar remeteu todo seu acervo ao serviço de arquivos confederais da CFDT.

Em suas anotações evidenciam-se redes, contatos e projetos junto à oposição sindical brasileira. Nos arquivos, documentos pessoais e oficiais compõem um patrimônio documental de largo interesse para o Estado brasileiro, suas instituições e movimentos sociais que atualmente testemunham um momento ímpar na história do país com a criação e atuação da Comissão Nacional da Verdade.

Estas anotações, constituintes de um acervo pessoal, carregam em seu conteúdo uma especificidade própria e rica; seja pela subjetividade daquele que escreveu suas ideias, raciocínios e percepções no pedaço de papel, seja pela preservação do fundo arquivístico tal como ele foi recolhido pela CFDT. Afinal, “a informação que os arquivos preservam mantém afinidade com a produção de saberes (...) e com a prática de seus agentes diretos e indiretos” (CUNHA, 2004, p. 291).

Pedaços que, guardados por ele próprio, convergiram para um acervo de importância ímpar quando o assunto se trata de compreender melhor as atividades da resistência estrangeira ao Regime Militar brasileiro, ocorrido entre os anos de 1964 e 1985.

## **2 O ARQUIVO ENQUANTO CAMPO: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.**

Durante a pesquisa de campo, realizada nos arquivos da CFDT, tornou-se claro como o serviço de arquivos em questão havia sido organizado tendo como foco o usuário, apesar do espaço físico das instalações não ser por demais extenso. No caso do acervo sobre os brasileiros, mesmo para um estrangeiro, seu acesso era de fácil realização.

Os inventários dos arquivos estavam disponíveis *in loco* e pela internet, de maneira que o usuário estrangeiro pudesse realizar seu primeiro contato pela internet através da qual poderia também sanar dúvidas quanto aos fundos e coleções com os arquivistas responsáveis. No caso dos documentos relacionados às atividades de brasileiros e franceses durante a ditadura, os documentos se encontram no inventário dos arquivos confederais, série 8 H. (CLERC et alli, 2003).

De fato, a própria localização do acervo no setor de arquivos elucida parte dinâmica

existente nos anos 1970 entre CFDT e movimento sindical no Brasil. Este acervo estava catalogado dentro do item “Relações entre CFDT e Brasil”<sup>2</sup>, na seção sobre América Latina. A classificação geopolítica presente no inventário, por sua vez, foi a forma através da qual a secretaria do departamento internacional da CFDT organizou suas informações produzidas ao longo do período de que trata o inventário: 1971 a 1988.

Dessa maneira, a pesquisa tratou não somente de analisar o conjunto documental produzido por aquela secretaria, mas de buscar compreender através das informações produzidas os atores envolvidos. Brasileiros exilados, líderes sindicais no Brasil, sindicalistas franceses, advogados, juristas e membros de movimentos católicos. Todos estes personagens compuseram uma extensa rede de informações e constituíram-se enquanto parte de uma memória que a instituição sindical CFDT não apenas preservou, como tornou acessível.

Dito isso, parece ser notório que nos últimos anos o interesse do Estado brasileiro e de sua sociedade civil na busca por informações com o intuito de alcançar um esclarecimento mais profundo sobre as violências e abusos ocorridos durante o Regime Militar, entre os anos de 1964 e 1985, tem se tornado mais visível nos múltiplos espaços midiáticos de uma cultura informacional que a cada dia parece extrapolar mais seus espaços convencionais (MOURA, 2009, p.28).

Assim, ao considerarmos a função social da informação através daquilo que se produz, significa, dissemina e provê acesso (DELIBERALI, 2011, p. 1-2), parece-me legítimo que nos indagemos sobre qual efeito, qual leitura, qual conhecimento e, portanto, qual memória uma dada sociedade se constrói, se reconfigura ao passo que busca lograr uma revisão sobre seus atos passados. Para tal, seria impossível realizar tal empreitada sem a devida hermenêutica de seus contratos e normas através dos quais regem não somente, a produção e o acesso à informação, mas, sobretudo, o controle do que se torna parte de sua “memória comunicacional” (ASSMANN, 2011).

Tal revisão, cabe sinalizar, não seria possível sem uma posição clara da sociedade civil organizada no tocante ao valor político de sua memória. Valor este qualificado na esfera social e política. Significado, portanto. Conforme assinala Barreto (1994), de forma a contribuir tanto no plano individual como no coletivo para a produção de conhecimento e, dessa forma, de desenvolvimento social.

Majoritariamente, do ponto de vista econômico, a população mundial sempre consumiu informação apesar das inúmeras formas de desigualdade com as quais ela convive.

---

<sup>2</sup> Tradução livre do autor: “*Relations entre la CFDT et le Brésil*”.

Dessa forma, cabe ressaltar a atenção dada à relação entre a questão da informação e aquela da democracia em países que possuem sua história marcada por regimes ditatoriais e arbitrariedades diversas, realizada com a anuência do próprio Estado.

Para tal, utilizando-me do debate posto por Ferrari (2000), creio ser correto afirmar que a questão concernente àquela da democracia, para a os estudos na área de ciência da informação, depende de um aspecto duplo: 1) referente à “liberdade de informação”; 2) o “direito à informação” ou, como o próprio Ferrari coloca, de “informar-se” (Idem, p. 167).

Aí se encontra talvez o ponto “nevrálgico” para refletirmos sobre a contundente realidade que nos impele de alguma forma a pensar de maneira constante em políticas e estratégias como aquelas de inclusão digital, de desenvolvimento de competências informacionais, liberdade de imprensa, e, sobretudo para fins de desenvolvimento deste trabalho, de luta coletiva em prol do acesso aos documentos gerados durante um regime de exceção.

No tocante ao acesso a tais documentos, a importância é clara. Ainda parafraseando Ferrari, é mister que:

A liberdade de informar-se, todavia, não é completamente tutelada se o direito de aceder a uma pluralidade de fontes alternativas não vem acompanhado da possibilidade concreta de ouvir as vozes minoritárias, aquelas que não têm meios suficientes para entrar no mercado da informação (...) Aqui a liberdade passiva se une com a liberdade ativa, traduzindo-se no direito (...) de dotar-se de fontes informativas alternativas àquelas dominantes (FERRARI, 2000, p. 189-190).

Quando transferimos tal perspectiva ao panorama brasileiro dos últimos anos, é possível compreender a importância da abertura, ao menos parcial, dos arquivos da ditadura militar no contexto pós lei de acesso à informação. Mas não somente isso. É necessário também incentivar, impelir aos indivíduos a se tornarem “atores”, protagonistas deste processo, contribuindo com “fontes informativas alternativas” que em neste caso, traduzem-se em seus acervos pessoais e experiências passadas.

No caso dos documentos provenientes do acervo da CFDT, editados no Brasil e na França, eles poderão, quando acessados, não apenas explicitar as formas de uma “cadeia informacional” (BRAMAN, 2004) existente no âmbito das relações internacionais entre os movimentos sindicais aqui explicitados., graças às atividades do departamento internacional que no processo de gestão da informação produzida em seu meio, naturalmente ligado às:

(...) relações político-institucionais que buscam controlar os comportamentos e instituir modos de vida, aprimorando técnicas e investindo em ações mais objetivas no sentido de organizar sistemas – e, mais recentemente, redes - para seu melhor funcionamento (THIESEN, 2011, p. 08).

Reconheceu o valor histórico de seu próprio patrimônio documental produzido ao longo de suas atividades com a América Latina, e mais especificamente o Brasil.

Com efeito, nesse mesmo íterim, poder-se-á destacar o debate acerca do papel do documento produzido e significado pelo Estado em períodos diversos. Afinal, não seria ele, o documento, um objeto de interesse pelo campo disciplinar da Ciência da Informação, como afirmou Meyriat (1983, p. 69-70), assim como o é para a História?

Para compreendermos, portanto, a importante relação que a questão do documento mantém com campos disciplinares como os da Ciência da Informação e da História, tendo a temática da Ditadura Civil-Militar brasileira como pano de fundo, é fundamental indagar-nos sobre as relações por vezes difíceis e dolorosas existentes entre memória e esquecimento, lembrança e perdão que se consolidaram através da institucionalização do silêncio em um verdadeiro campo balizado pelas relações de poder, existentes entre informação e memória, capazes de construir segredos (ALMINO, 1986, p. 34-35). Uma dinâmica formadora das extensas lacunas no conhecimento histórico e científico humano do país.

Ou seja, no tocante à compreensão de uma “inteligência informacional” que grosso modo ditou a operacionalização de cadeias informativas, cuja transversalidade de suas ações atingiu instituições militares e civis, públicas e privadas; é através do aprofundamento do debate em torno do “direito à informação” e do crescente acesso aos documentos daquele período que a sociedade civil brasileira organizada poderá legitimar seu estado democrático. Já instituído, é verdade. Porém, marcado por arquivos cuja gestão da informação aliada aos axiomas do Estado produzem também uma espécie de “anti-memória”.

Parece-me fundamental, aqui, concordar com Mariz (2012) no tocante à não exploração de um canal de comunicação do arquivo com a sociedade civil em geral. O público, nesse sentido o usuário, não é visto *grosso modo* pelas instituições arquivísticas como um sujeito a ser alcançado. Ou seja, o arquivo não tem como primeira intenção comunicar-se com a sociedade civil. Sua função não é, prioritariamente, aquela da “comunicação” pois seu fim é mais “endógeno”: servir ao Estado ou às instituições, sejam elas públicas ou privadas. Seu acesso, portanto, é difícil. É necessário ao “usuário” dominar técnicas e métodos capazes de lhe proporcionar as competências informacionais necessárias

ao decifre do Arquivo.

Outrossim, os acervos e documentos relacionados ao Regime Militar brasileiro que possam estar guardados em arquivos, em muitos casos, lá se encontram “protegidos” do seu usuário em potencial, a sociedade. O arquivo, nesse sentido, funciona como uma instituição de segredo; capaz de interditar a sociedade ao conhecimento.

De fato, tanto nos arquivos públicos como em privados, mesmo hoje, estas instituições ainda influem no *Arkhé*, ou seja, na autoridade, na ordem social, na regulamentação e, portanto, na política responsável tanto pelo registro de que, e quem, faz algo, quanto pelo mesmo de que, e quem, fez.

O homem, munido de informação, produz conhecimento ou interdita o acesso ao mesmo ao passo que a significa e a interpreta. O Estado e suas instituições não são diferentes quanto à *práxis* descrita. Seria ingenuidade considerarmos que o uso intelectual que pesquisadores diversos fazem das fontes e documentos encontrados em um arquivo, não dispute espaço com o uso político que, segundo Combe (2009, p. 270), se mostra amplamente presente.

A sociedade seus grupos e suas instituições criam, entretanto, de maneira um tanto criativa e inovadora, formas de se “empoderarem” (MOURA, 2011, p. 55) através da informação. Criam através de estruturas já dadas, meios de mediar a comunicação e o acesso às informações mesmo quando aparentemente tal acesso seria inviável.

Dessa forma, a questão do documento e sua relação com o “passado” e o “arquivo” estão, pois, intimamente ligados pelos jogos políticos neles implícitos. No arquivo, a informação surge precisamente da significação, do valor ou da ação enunciativa, atribuídas a um determinado documento. Ou seja, a informação não está dada; ela é resultado de uma construção. A mesma construção que legitimará o Estado a interditar o acesso aos documentos e, conseqüentemente, à informação que a partir deles poderia ser desenvolvida. Ou seja, na ação de se franquear o acesso ou de proibi-lo, há igualmente uma ordem de preservação do discurso e do *status quo* político vigente a partir da institucionalização do silêncio e do segredo (RODRIGUES, 2008).

Nesse sentido, o arquivo é um espaço de poder. Espaço este que representa através de sua inacessibilidade, segundo Jeudy (1997, pp. 177-178), o “espaço vazio”, lugar onde habita Górgona.

Mas e quando determinadas instituições arquivísticas se encontram do lado de fora dos limites do Estado que trabalha pela manutenção do segredo? De suas fronteiras políticas e institucionais detentor do poder de supressão e destruição dos vestígios, dos documentos, da

informação que dali poder-se-ia fazer uso?

### **3 A CONTRIBUIÇÃO DOS ARQUIVOS PRIVADOS INTERNACIONAIS À TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO.**

Uma vez apresentada a questão dos arquivos da CFDT, cabe dispor sobre a possibilidade da “transferência da informação”, proposta no título desta seção. Sabe-se que tal fenômeno não é comumente utilizado no campo da Ciência da Informação quando o objeto é o arquivo (MARIZ, 2012, p. 24). Parece-me que no tocante às instituições arquivísticas a transferência não é o fim principal a ser realizado. De fato, se assim o fosse a figura do usuário estaria mais disposta no campo central dos objetivos de um arquivo.

É interessante constatar que no tocante aos arquivos CFDT, seu acervo referente à Ditadura Militar brasileira localiza-se justamente *dehors* dos espaços de poder ordinários das instituições brasileiras. Discorrer sobre tal assunto pode auxiliar às reflexões vindouras sobre o papel dos arquivos privados, apontando para os elementos sociais, políticos e culturais que interagem com eles, nos processos de “transferência da informação” segundo Gónzalez de Gomez (1993).

Afinal, serão a partir de tais elementos que se propôs, aqui, a olhar para os arquivos sindicais franceses e refletir sobre seu acervo lá existente, referente ao Brasil.

Apesar do mesmo não estar sob a guarda de quaisquer instituições brasileiras, e isso poderia até mesmo ser visto como um agente facilitador; a localização física do arquivo da CFDT não contribui para um acesso rápido e simples por parte dos brasileiros justamente pelo fato de se localizar distante, cerca de oito mil e quinhentos quilômetros, na França.

Se por um lado estes arquivos não são de simples acesso devido à condição geográfica, por outro, possuem grande importância para o esforço coletivo da sociedade civil brasileira que através de seus grupos, associações e movimentos sociais, vem se esforçando na tarefa de conquistar os meios para acessar informações sobre os fatos ocorridos naquele período, da ditadura militar, contribuindo assim para: (1) uma maior democratização do acesso à informação sobre os crimes e excessos cometidos durante a ditadura brasileira; (2) a consolidação, atendendo às especificidades do caso brasileiro, do “direito à verdade”, um dos direitos dispostos na Resolução 2005/66 de Direitos Humanos das Nações Unidas, entendendo o mesmo enquanto: “direito de saber, o direito de ser informado ou a liberdade de informação”<sup>3</sup> (OHCHR, 2005, p.2).

---

<sup>3</sup> Tradução de: “*droit de savoir, le droit d’être informé ou la liberté d’information*”.

Nesse ponto há um fator interessante no que tange ao serviço de arquivos da CFDT. Podemos afirmar que sua criação oficial, formalizada no ano de 1985, se deve ao crescente debate realizado desde 1978 no âmbito do *Bureau de Recherches, d'Analyses et d'Etudes Coordonées* (BRAEC). Já nos anos setenta, motivados pela “inflação” da produção documental de seus diversos setores departamentais, a CFDT conjuntamente ao BRAEC e a grupos de pesquisa acadêmicos<sup>4</sup>, realizaram um primeiro levantamento com o objetivo de servir ao público interno e externo daquela confederação.

Este dado é importante. Afinal, o público aparece neste exemplo citado como sujeito e a constituição de meios para o acesso desse mesmo aos arquivos confederais, mostra-se por sua vez como uma preocupação da instituição em viabilizar a “transferência da informação”.

Nesse sentido, a conexão com o “usuário” e seu “reconhecimento” pelo arquivo aponta para uma questão não somente estratégica, mas de conscientização por parte do sindicato de seu papel no âmbito da preservação e manutenção dos saberes institucionais, intimamente ligados à “memória institucional”, e de “utilidade pública”. Para Denis Jacquot, um dos antigos militantes, secretário geral da CFDT e responsável pelo departamento internacional durante muitos anos:

(...) corresponde à situação onde o grupo deseja dizer: eu quero (re)apropriar-me de minha própria história e não deixá-la a cargo dos intelectuais, do mundo exterior. (...) Nessa situação nós fazemos os arquivos de maneira que sejamos capazes de fazer nossa própria história; (...) Quando você guarda arquivos, jamais serão testemunhos de coisas ruins sobre você. (...) A ideia de que a memória estivesse associada à ideia de orgulho, da capacidade de dizer aos outros: nós somos alguém importante. (...) Quer dizer que é para alimentar um reconhecimento de si. Entretanto, é diferente da função pedagógica para (...) organizar as lutas... de saber de onde se vem. Isso é o que eu chamo de memória funcional. Para a ação. No primeiro caso, é a memória testemunho de um grupo orgulhoso de si, e no outro é antes uma preocupação de encontrar os métodos de ação ou novas missões. No primeiro caso é: olhe! Nós somos alguém de importante enquanto grupo e queremos consideração. E no outro caso é: nós queremos eficiência (...) E em seguida, isso é quando a memória alimenta a identidade. (...) Há uma que é mais temporalizada; que é para olharmos de onde viemos; que somos importantes; que somos orgulhosos; e outra que é mais ao futuro. (...) Em ambos os casos, você possui uma política de arquivo; ou seja, uma política ativa de conservação da memória por que ela te servirá. (JACQUOT, 2008).

No corpo da citação acima, podemos destacar dois pontos importantes que convergem para o que se argumentou pouco antes. O primeiro ponto diz respeito à reflexão sobre a

---

<sup>4</sup> Destaca-se nesse contexto o *Centre de Recherche d'Histoire des Mouvements Sociaux et du Syndicalisme* (CRHMSS), hoje conhecido como *Centre d'Histoire Sociale du XXe Siècle* (CHS) da *Université Paris I – Panthéon Sorbonne*.

seletividade do arquivo e sua gestão. Registrar e informar são ações claras da gestão da informação e estão politicamente comprometidas aos conceitos de “poder” e “saber”, tão bem apresentados na obra de Foucault (1987; 2004). Com isso, é fato que ao afirmar que não se guarda documentos que testemunhem coisas ruins contra si mesmo, Denis Jacquot aponta para o fato político no qual instituições de memória que salvaguardam documentos e, portanto, controlam a informação, podem estar circunscritas.

(...) uma instituição pode ser vista como forma fundamental de saber-poder, que se reproduz em práticas sociais, as quais constituem hábitos que, por sua vez, se nutrem de memórias. As instituições selecionam os discursos que fazem circular como verdadeiros: o que deve ser produzido, selecionado, preservado, recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio (COSTA, 1996).

O segundo ponto diz respeito às competências informacionais possíveis graças à estrutura e serviço de arquivos confederais e interfederais criados no âmbito da CFDT. Tais competências possibilitam os meios de utilização da informação para a construção de conhecimentos (DUDZIAK, 2001). Ao destacar a possível “função pedagógica” dos arquivos, voltada para a organização, a ação e eficiência da instituição, Denis Jacquot nos dá sinais de uma “cultura informacional” que outorga à estrutura da confederação sindical certa autonomia “crítica e criativa da informação em um contexto de produção de saberes” (MOURA, 2011, p. 53).

Os objetivos são claros. Melhor gestão da informação se traduz em maior gestão da própria organização sindical. Dessa forma, está aí uma “ferramenta estratégica” não apenas de “autoconhecimento”, como de “tomada de decisão” e de projeto de futuro (TOTINI; GAGETE, 2004).

No caso CFDT, a expressão “arquivos abertos”, por sua vez, ganha renovada compreensão ao termos em conta seus possíveis usos: alimentar um canal de comunicação mais ágil no interior da própria instituição de forma a auxiliar na tomada de decisões estratégicas; prestar suporte no processo de formação orgânica de seus quadros; além de auxiliar à política de comunicação com a comunidade de militantes e com o público em geral através da salvaguarda de sua memória.

#### **4 A DITADURA BRASILEIRA EM FRANCÊS: OS ARQUIVOS SINDICAIS DA CFDT E A MEMÓRIA DE SUA REDE DE INFORMAÇÕES.**

Na França, os Departamentos Confederal e Interfederal de Arquivos da Confederação

Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) foram criados em 1985 com o intuito de auxiliar na preservação da memória sindical ligada às atividades daquela confederação, além de servir às próprias atividades e projetos realizados no âmbito da CFDT enquanto organização de classe na sociedade civil francesa.

É possível averiguar em “Autor” (2009; 2010) que desde o final dos anos 1970, atendendo à legislação nacional concernente à questão dos arquivos, não apenas a CFDT mas outras entidades sindicais e demais grupos e instituições ligados aos movimentos sociais passaram a ter como uma das prioridades de suas ações e estratégias orgânicas a instauração, e consequente viabilização à consulta pública, de serviços de arquivo em suas dependências. O valor histórico dos documentos provenientes de arquivos privados passava, com isso, a ser reconhecido pelo Estado. Legitimava-se aí a questão política que desde sempre permeou a constituição de tais arquivos e de seus acervos.

Neste contexto, tendo em foco os argumentos expostos até aqui, se torna evidente a singularidade do caso apresentado. O papel daquelas instituições sindicais em torno de seus arquivos e da memória que eles poderiam produzir e gerir (“AUTOR”, 2009) mostra em seu escopo o objetivo comum, em torno dos debates sobre o papel dos arquivos no cenário francês, de torná-los acessíveis aos próprios franceses (TASCA, 2002, p. 63).

Já sabemos que os serviços de arquivo da CFDT alimentavam seus departamentos sindicais com informação e conhecimento para a proposição de ações e demais atividades no espaço público; passando a se tornar lugar de convergência de atores militantes e acadêmicos. O arquivo se apresenta, nesse caso, enquanto um lugar comum.

Diferentemente do convencional, é possível pensar tal arquivo enquanto um lugar de trocas, de circulação de saberes e espaço de mediação entre o documento, sua informação e a produção de conhecimentos; uma vez que em muitos casos tais setores estiveram intimamente ligados ao departamento de comunicação sindical. Além disso, estiveram também ligados, quando existente, a selos editoriais da própria entidade.

Sendo assim, seus arquivos deixavam de ser encarados apenas como depósitos de “matéria morta”. Ou seja, passar-se-ia do status de depósito, morto do ponto de vista freudiano (STEEDMAN, 2003, p. 06), para a instalação de um lugar de memória para a instituição que o circunscreve. Ou seja, um “penhor do futuro” (2001, p.31) onde ganha destaque a relação entre o sentido do que se torna arquivável com a estrutura arquivante.

É através deste “penhor” que foi possível termos contato com parte do acervo dos arquivos da CFDT, referentes a atuação de brasileiros na França e às atividades de solidariedade e apoio da própria confederação ao movimentos sindical brasileiro no tempo da

ditadura.

Não obstante, é mister para uma reflexão mais acurada sobre os arquivos em questão, compreender a estrutura e dinâmicas implicadas e historicamente construídas entre as instituições francesas aqui destacadas, sua correlação com o contexto brasileiro dos anos setenta e os serviços de arquivo constituídos *a posteriori*.

#### **4.1 QUEM ERAM ELES?**

Durante os anos 1960 e 1970 muitos brasileiros tornaram-se exilados, alguns por vontade própria, prevendo sua perseguição, enquanto outros foram sumariamente expulsos do seu país. Trabalhos como o de Denise Rollemberg Cruz (1999) são referência para uma melhor compreensão deste episódio da história do Brasil. Durante este mesmo período diversos caminhos foram tomados por aqueles que não poderiam confiar no rápido retorno ao seu país de origem.

Parte dos exilados brasileiros buscou refazer sua vida nos países que os acolheram, isso é bem verdade. A outra parte, contudo, não abandonou a luta pela redemocratização e buscou formas, ferramentas e aliados para continuarem suas ações.

É neste ponto que, os arquivos privados sindicais entram em cena. Pois através deles é possível identificarmos a elaboração e o funcionamento de uma rede de informações que, através de ampla ajuda internacional, pôde não apenas viabilizar a circulação de informações provenientes do Brasil, como também cooperou com as ações de resistência e protesto em solo brasileiro. Dessa forma, é necessário inserirmos no contexto histórico do corte temporal aqui sinalizado, a CFDT e como suas atividades com exilados brasileiros se desenvolveram.

Ao longo dos anos 1960, mais precisamente em 1964, a Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), da França, dá lugar a uma nova confederação. Em 06 de novembro de 1964, durante o congresso ocorrido no Palácio dos Esportes de Paris, cerca de aproximadamente 70% dos militantes concordam em mudar o nome da CFTC para CFDT: Confederação Francesa Democrática do Trabalho. Com isso, concordavam em realizar uma reforma. Abdicavam da linha humanista cristã e buscavam construir um sindicalismo “democrático”, humanista e laico. O momento era propício e parecia ser um movimento natural do desenvolvimento da confederação. Tanto o foi que muitos militantes, de origem ligada à Juventude Operária Cristã (JOC) não se constrangeram com a mudança. Jean Limonet, entrevistado no decorrer da pesquisa realizada, foi um deles:

Eu aderi à CFTC em 1963. (...) e eu me encontrei na corrente progressista,

de evolução da CFTC em CFDT. A corrente CFDT era uma corrente de “abertura” em comparação à corrente CFTC, que queria permanecer cristã. (LIMONET, 2012).

O contato com o Brasil se deu no âmbito das atividades, encontros e debates ocorridos por intermédio de uma rede internacional onde estavam presentes organizações como a JOC, organização que possuía na França um número considerável de militantes ligados à CFDT, até mesmo em decorrência de sua origem cristã; a Federação Internacional de Organizações Metalúrgicas (FIOM) e a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL). Ali, questões concernentes à realidade europeia e global, encontravam espaço para o debate, juntamente com outras organizações sindicais de nacionalidades diferentes. Entre estas podemos destacar a Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos (CISC); uma das “pontes” de interlocução com a experiência sindical brasileira, na qual a JOC também era relativamente bem atuante na formação de quadros sindicais.

A rede de informações contou com diferentes personagens. Sindicalistas brasileiros exilados; sindicalistas e quadros ligados à CFDT; membros da JOC francesa, brasileira e internacional; além de outros grupos como o *Comité Catholique Contre la Faim et Pour le Développement* (CCFD); o *Comité Inter-Mouvements Auprès Des Evacués* (CIMADE); e a partir de 1975, o Centro de Estudos pelo Desenvolvimento na América Latina (CEDAL). Estes três últimos ligados, assim como a JOC, pela militância cristã. Quanto aos documentos destes grupos e organizações, muito se pulverizou através da própria rede, tendo em vista o potencial sigiloso de algumas atividades.

Ainda assim, do ponto de vista dessa possível “pulverização”, cabe ressaltar a importância dos arquivos privados e, sobretudo, pessoais. Parte significativa deste acervo, que diz respeito aos brasileiros na França, além de demais documentos produzidos pela CFDT e seus departamentos internacional e de comunicação, compõem ao menos os traços, os vestígios, de uma “estrutura informacional” pretérita.

Com um escritório cedido pela CFDT, e sua gráfica à disposição, alguns integrantes do cenário sindical brasileiro juntamente com outros entusiastas franceses e brasileiros formaram o Grupo de Apoio à Oposição Sindical (GAOS), sediado em Paris. Lá, um dos objetivos estipulados através da parceria com a CFDT era: “obter ligações com o Brasil para obter informações sobre o que se passava no Brasil” (LIMONET, 2012).<sup>5</sup>

Todo o conjunto de atividades desenvolvidas a partir do contato dos militantes

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida ao autor. Tradução livre do autor. Do original: “*d’avoir des liens avec le Brésil pour avoir des informations, ce qui se passé au Brésil*”.

brasileiros, exilados, com aqueles da CFDT, seria demasiadamente extenso para ser tratado neste artigo. Conquanto, cabe esclarecer alguns pontos chave dessa rede que se estendeu de maneira ampla e profunda ao longo dos anos 1970.

No ano de 1976, já há alguns anos após a recepção de sindicalistas exilados no seio das entidades sindicais da CFDT, Jean Bourhis (integrante dos quadros de dirigentes daquela confederação) declara a “solidariedade total” (CFDT, 1976, p. 08) da CFDT aos trabalhadores e à resistência brasileira contra a ditadura.

Um ano após, em ofício de circulação interna e reservada do Departamento Internacional da CFDT, um comunicado anuncia o lançamento de um boletim periódico, redigido em cooperação entre os brasileiros do Grupo de Apoio à Oposição Sindical, sediado em Paris, e a mesma. O boletim, destinado à “informação exterior”, atuaria como elemento estratégico e essencial às relações internacionais (CFDT, 1977) constituídas entre a CFDT e sindicalistas brasileiros ligados à oposição sindical e aos movimentos de resistência ao regime militar.

Solidificava-se uma “rede”, articulada e em constante movimento através dos recursos e capacidades oferecidos no âmbito da CFDT aos brasileiros exilados e aos seus respectivos coletivos sindicais que precisavam agir margeando a clandestinidade no Brasil dos anos 1970. Neste campo solidário as atividades ganharam dimensões cada vez mais amplas de forma a extrapolarem o espaço institucional da CFDT e ganhar contornos internacionais. Afinal,

Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária (MARTELETO, 2001, p. 72).

Não obstante, é possível averiguar pela conferência dos próprios documentos um aumento significativo da intensidade, frequência e, portanto, da importância das relações entre o movimento sindical brasileiro e a CFDT na segunda metade dos anos setenta. O que, à luz de Haythornthwaite (2009), aponta para o fortalecimento dos laços da sua rede.

Prova disso pode ser averiguada pela crescente parceria e profícuo canal de comunicação e informação mantido naquela década através da tecnologia comunicacional vigente. O *telex* foi amplamente utilizado e serviu como canal de informação constante e imediata entre os sindicalistas do Brasil e França. Exemplo disso pode ser visto no exemplo abaixo, transcrito, de telegrama enviado à CFDT sobre a ação das forças repressoras durante greve de trabalhadores ocorrida em São Paulo, em 1979.

ZCZC SKA031 BRF034 TFMG604  
FRXX CO BRSV 044  
RIODEJANEIRORJ TF SAOPAULOSP 44/39 06 2045

CONFEDERACAO FRANCESA DEMOCRATICA TRABALHADORES  
26 RUE MUNTHOLON  
PARIS75009

GREVE METALURGICOS SAOPAULO CONTINUA. REPRESSAO  
VIOLENTA. INVASAO IGREJA LARGO SOCORRO. AMEACA  
INVASAO OUTRAS IGREJAS ET ENTIDADES. PEDIMOS ACAO  
IMEDIATA. DENUNCIA AMPLA. PRESSAO SOBRE GOVERNO  
BRASIL.  
SECRETARIO NACIONAL JUSTICA ET NAO VIOLENCIA

COLL 26 PARIS75009 (CDFT, 1979).

Na mensagem, endereçada à CFDT na cidade de Paris, código de área 75, nono *arrondissement*, por isso o código 75009 após o nome da cidade, se destacam a denúncia de repressão violenta contra a greve dos metalúrgicos em São Paulo no ano de 1979; a invasão de igrejas pelas forças policiais; juntamente com o pedido de ação ampla e imediata no tocante à disseminação de tais informações.

Claramente, os anos 1970 mostram esse cenário de intensa atividade na constituição de uma rede de solidariedade enquanto “instrumento de captura de informações” (FANCHINELLI; MARCON; MOINET, 2012).

## **5 RESULTADOS OBTIDOS: A CONDIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOBRE O BRASIL NOS ARQUIVOS CONFEDERAIS DA CFDT.**

Ainda hoje, falar sobre os documentos produzidos pela comunidade da informação durante o período do Regime Militar é tarefa difícil. *Grosso modo*, é andar em “terreno instável”. Onde o acesso aos chamados “documentos sensíveis” se mostrou desde o fim do regime, em 1985, tarefa improvável onde a memória pública atua, segundo Douglas (1989), como uma espécie de “sistema de armazenamento para a manutenção da ordem social”. Atualmente, o cenário parece animador. Apesar de críticas e considerações sobre o *modus operandi* da Comissão Nacional da Verdade, criada a partir da sanção da lei nº 12.528 (BRASIL, 2011), em 18 de novembro de 2011 pela Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, um novo olhar e uma nova política vem sendo direcionada aos acervos que possuam documentos, registros e informações sobre o período em questão. Para o cenário da sociedade civil, os resultados do trabalho realizado poderão constituir através da convergência de esforços e

resultados comuns a um “lugar de memória” (NORA, 1984-1992) para o o conjunto de saberes partilhados pela sociedade brasileira sobre o período. No âmbito do poder público, um bom exemplo da mobilização do Estado pode ser visto através do projeto Memórias Reveladas, criado a partir da portaria nº 204, de 13 maio de 2009<sup>6</sup>, sediado no Arquivo Nacional, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

Ainda assim, apesar dos esforços voltados ao descortinamento de uma paisagem arquivística e documental brasileira sobre aquele período, muito acervos jazem *dehors* das fronteiras do país. Tarefa difícil, se considerarmos a natureza dos arquivos. “Secretos, inacessíveis não apenas aos à multidão dos analfabetos, mas sistematicamente subtraídos da curiosidade dos cidadãos e, conseqüentemente, do debate público” (WISMANN, 2002, p. 71).

## **6 CONCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O CENÁRIO ATUAL.**

O exemplo apresentado aqui é apenas um entre muitos. Mas figura como mais um possível acervo a ser digitalizado ou referenciado através de iniciativas de órgãos públicos e privados no país. Recentemente o governo brasileiro tem buscado repatriar parte destes documentos pulverizados pelo cenário internacional. O acervo da Fundação Lelio e Lisli Basso, na Itália é um exemplo das recentes ações do governo brasileiro em franquear integralmente à população brasileira o acesso à informação (ABRÃO, 2012), assim como o projeto de digitalização do acervo Brasil Nunca Mais que esteve fora do país por anos, protegido do Estado brasileiro<sup>7</sup>.

Através do intercambio de experiências de trabalho tornar-se-á possível conhecermos mais a fundo as estruturas informacionais nas quais documentos e demais materiais referentes à ditadura militar brasileira constituem um capital informacional e memorial significante. Exemplo disso foi a participação dos arquivos confederais da CFDT na segunda edição do “Seminário Internacional Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, realizado no Arquivo Nacional em 2011. Na ocasião a arquivista responsável pelo serviço de arquivos, Annie Kuhnunch, expôs as características em torno da rede de arquivos ligados à CFDT e ressaltou a existência dos documentos sobre o Brasil.

Atualmente, os esforços direcionam-se para a parceria com demais pesquisadores e instituições no âmbito do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, com o objetivo de elaborar meios de promover uma maior

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=3&sid=2>>. Acesso em 19 de março de 2013.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/bnmdigital/objetivos.php>>. Acesso em 02 de abril de 2013.

acessibilidade aos documentos que apesar de representarem um material importante para a memória da resistência ao regime militar, continuam em solo francês.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, P. Arquivos sobre a ditadura guardados na Itália integrarão acervo do Memorial da Anistia. **Blog do Ministério da Justiça**. 07 nov. 2012. Disponível em: <<http://blog.justica.gov.br/inicio/tag/fundacao-lelio-e-lisli-basso/>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

ALMINO, J. **O Segredo e a informação: ética e política no espaço público**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ASSMANN, J. Communicative and Cultural Memory. In: MEUSBURGER, Peter; HEFFERNAN, M.; WUNDER, E. (Eds.) **The Geographical Point of View**. Series: Knowledge and Space, Vol. 4, 1ªed. Dordrecht: Springer, 2011.

“AUTOR”. Construindo conhecimentos através do espaço sindical francês: um olhar sobre a informação e o papel do arquivo junto a uma política de memória militante. **Perspectivas em Ciência da Informação**., Belo Horizonte, v. 14, n. Set. 2009.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141399362009000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362009000400009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 Apr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Memória e legitimidade no mundo sindical: usos políticos do passado no circuito Brasil-França (1970-2010)**. 2010, 262 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. BARRETO, A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE. São Paulo, 1994, vol. 8, nº 4. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. 2013.

BRAMAN, S. Where has media policy gone? Defining the field in the twenty-first century. **Communication Law and Policy**, v. 9, n. 2, 2004, p. 153-182.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. **Casa Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2013.

CFDT. Pasta Droits de l'homme et répression syndicale au Brésil 1977-1981. **Archives du Secretariat Confédéral**. (série H), ref. 8H2000. Secteur international. Paris: CFDT, 1979.

\_\_\_\_\_. Perspectives pour l'action syndicale au Brésil en 1977. Pasta CFDT et syndicalisme au Brésil 1973-1977, **Archives du Secretariat Confédéral**. (série H), ref. 8H1996. Secteur international. Paris: CFDT, 1977.

\_\_\_\_\_. La repression politique et syndicale au Brésil. Pasta CFDT et syndicalisme au Brésil 1973-1977, **Archives du Secretariat Confédéral** (série H), ref. 8H1996. Secteur international. Paris: CFDT, 1976.

CLERC, P.; KUHNMUNCH, A.; CHÉRÈQUE, F.; MAIRE, E. **Secrétariat confédéral Série 8 H (1971-1988): inventaire des archives confédérales**. Paris: IRES, 2003.

COMBE, S. Usage savant et usage politique du passé. In: COMBE, Sonia (dir.). **Archives et histoire dans les sociétés post-communistes**. Col. Recherches. Paris: La Découverte, BDIC, 2009.

COSTA, I.T.M. Memória institucional e representação: do mundo das formas (árvores) ao universo do pensamento (rizoma). **Informare - Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 67-72, jul./dez. 1996.

CRUZ, D.R. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, M.G. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana* [online]. 2004, vol.10, n.2, p. 287-322.

DELIBERALI, G. La ciencia de la información en el contexto de la postmodernidad. **Anales de Documentación**, 2011, vol. 14, nº 1. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/120121>>. Acesso em 20 mar. 2013.

DOUGLAS, M. **Ainsi pensent les institutions**. Paris: Ed. Usher, 1989.

DUDZIAK, E.A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2001.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M.N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.22, nº 3, p. 217-222, jul./dez., 1993.

FERRARI, V. In: GUIMARÃES, C.; JÚNIOR, C. (orgs.) **Informação & Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

FICO, C. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** (org. e trad. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber.** 3a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FRANCHINELLI, A.C.; MARCON, C.; MOINET, N. **A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da sociedade da informação.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info14.htm>>. Acesso em: 12 out. 2012.

HAYTHORNTHWAITE, C. Social Networks and Information Transfer. In: BATES, M.; MAACK, M. (Eds.) **The Encyclopedia of Library and Information Science.** NY: Taylor & Francis, 2009.

JACQUOT, D. [21 julho de 2008] **Entrevista concedida a “AUTOR”.** Paris. O entrevistado é ocupou o cargo de Secretário Geral; responsável pelo departamento internacional da CFDT. Realizou missões na África, Brasil, entre outros países. CFDT, Paris – França.

LIMONET, J. [15 maio de 2012] **Entrevista concedida a “AUTOR”.** Paris. O entrevistado é Secretário Geral da CFDT; Responsável pelo Instituto Belleville. CFDT, Paris – França.

MARIZ, A.C.A. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARTELETO, R.M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação** (Impresso) , Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MATTELART, A. **A globalização da comunicação** (trad.) Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MEYRIAT, J. De la science de l'information aux métiers de l'information, **Schéma et Schématisation**, n° 19 v. 1, 1983.

MOURA, M.A. Cultura informacional, redes sociais e lideranças comunitárias: uma parceria necessária. In: MOURA, M.A. (org.) **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas.** Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2011. Disponível em: <<https://www3.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Folksonomias, redes sociais e a formação para o tagging literacy: desafios para a

organização da informação em ambientes colaborativos virtuais. Informação & Informação, UEL: Londrina, 14, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/2196>>. Acesso em: 20 Mar. 2013.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. (7 vols.). Paris: Gallimard, 1984-1992.

OHCHR. Right to the truth [Resolution 2005/66]. **Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Human Rights Documents**. Disponível em: <[http://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc\\_id=11160](http://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc_id=11160)>. Acesso em 22 de nov. 2012.

RÉMOND, R. **Quand l'État se mêle de l'Histoire**. Paris: Éditions Stock, 2006.

RODRIGUES, G.M. Mémoire et secret: le cas Herzog et les archives de la dictature militaire au Brésil, **Revista Arhivator**, Arhivele nationale ale Romaniei, 2008, n° 2. Disponível em: <<http://www.arhivelenationale.ro/index.php?page=109&lan=0>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

STEEDMAN, C. Something she called fever: Michelet, Derrida and Dust (or, in the Archive with Michelet and Derrida) In: BLOUIN Jr., F.X.; ROSENBERG, W.G. (Ed.) **Archives, documentation, and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar**. Michigan: Library of Congress, 2003.

TASCA, C. La politique des archives. In: ELGEY, G. (org.). **Les français et leurs archives: actes du colloque au Conseil économique et social, 5 novembre 2001**. Paris: Fayard, 2002.

THIESEN, I. "Inteligência informacional" e Ciência da Informação: um esboço de trajeto. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, março, 2011, Rio de Janeiro, p. 6 – 18. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

TOTINI, B.; GAGETE, E. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, P. (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: ABERJE, 2004. p.113-126.

WISMANN, M.H. Philosophie et archives. In: ELGEY, G. (org.). **Les français et leurs archives: actes du colloque au Conseil économique et social, 5 novembre 2001**. Paris: Fayard, 2002.